

A QUESTÃO DO IMPERIALISMO

João Carlos Medeiros de Aragão

RESUMO

Este Artigo inicia conceituando o novo Imperialismo como fenômeno econômico apoiado em duas teorias: a marxista e a liberal. Afirma que, até hoje, há os que defendem o entendimento de que Imperialismo e Imperialismo Econômico são sinônimos. Em seguida, aponta origens teóricas do Movimento, que se baseiam precipuamente nos princípios e nas doutrinas de Lênin, Karl Marx, Thomas Malthus, Stuart Mills, Hobson, Adam Smith dentre outros. O Trabalho se vale dessas teorias sobre Imperialismo para contestar a ingenuidade dos enfoques e as suas validades lógica e empírica. Conclui com o viés sociológico imprimido ao assunto pelo sociólogo Joseph Schumpeter.

Palavras-Chaves: Questão do Imperialismo; Interpretação econômica; Origens Intelectuais; Validades Lógica e Empírica; Interpretação Sociológica.

The Question of the Imperialism

ABSTRACT

This article initiates appraising the new Imperialism as supported economic phenomenon in two theories: the marxist and the liberal. It affirms that, until today, it has the ones that defend the agreement of that Imperialism and Economic Imperialism are synonymous. After that, it points theoretical origins of the Movement, that is based on the principles and the doctrines of Lênin, Karl Marx, Thomas Malthus, Stuart Mills, Hobson, Adam Smith and others. This article use these theories of Imperialism for to contest the naivety of the approaches and its validities logical and empirical. It concludes with the sociological aspects and printed the subject for the sociologist Joseph Schumpeter.

Keywords: question of the Imperialism; economic interpretation; intellectual Origins; validities logical and empirical; sociological interpretation

INTRODUÇÃO

O Trabalho enfoca primeiramente o conceito de Imperialismo como sistema capitalista de organização econômica. Para tanto, considera opiniões de expoentes no assunto, tais como Lênin, influenciado pelas idéias de Rudolph Hilferding – de que as necessidades capitalistas demandavam a expansão imperialista - e Marx, que interpretava os movimentos inerentes ao Capitalismo - lucro e evolução tecnológica servindo a novos investimentos e concorrência como propulsora da ação dos capitalistas - insuficientes para agregar valor econômico se não houvesse o trabalho.

Esclarece, igualmente, as tendências que defendiam esse raciocínio e as que o confrontavam, estas com idéias mais liberais e menos socialistas. O Imperialismo seria, então, visão distorcida do Capitalismo; porém, vislumbrava-se solução otimista para o problema: permitir que a participação do trabalho nos lucros dos capitalistas aumentasse, tese que permeia até hoje certas abordagens acerca do novo Imperialismo.

Outras tendências são reveladas, refletindo contrastes na forma pela qual o tema vem sendo entendido por economistas, políticos e cientistas de diferentes momentos da História.

Contudo, o cerne do Artigo é comprovar a ingenuidade dessas opiniões, explicitando a invalidade de seus argumentos, e mostrar que se esqueceram de pensar a questão também à luz da política, o que modificaria as “verdades” propaladas sobre o Imperialismo Econômico. Tanto a análise lógica quanto a empírica derrubam a força dos pontos de vista sobre o assunto, já que não há argumentos que os sustentem, embora algumas conclusões possam até ser acertadas.

Este Artigo se esforça em esboçar estudo abrangente a respeito da matéria e apela, inclusive, a uma visão sociológica do que se configura como Imperialismo - o retorno a algumas práticas pré-capitalistas, surgidas da estrutura social das nações e, não, do Capitalismo.

O objetivo do Texto é examinar a temática sob distintos ângulos, sem a pretensão de esgotar tal exame, uma vez que o objeto de estudo é complexo e ainda suscita polêmica entre os que a ele dedicam sua atenção.

1. INTEPRETAÇÃO ECONÔMICA

Boa parte das teorias acerca do novo Imperialismo considerava-o “[...] uma forma capitalista de organização econômica, um fenômeno essencialmente econômico, uma imperfeição do capitalismo”. Havia dois tipos de teoria econômica: a marxista e a liberal. Segundo a primeira, a expansão imperialista resultava inexoravelmente do Capitalismo, gerada pelas controvérsias internacionais do modo de produção capitalista. Seu mais reconhecido defensor foi Lenin.

De acordo com a segunda, a liberal, o novo Imperialismo era a resposta a certos desajustes do Capitalismo contemporâneo. Até hoje, tais pensamentos encontram seguidores, os quais entendem serem sinônimos o Imperialismo e o Imperialismo Econômico.

2. ORIGENS INTELECTUAIS

A origem das teorias econômicas sobre o novo Imperialismo foi a idéia (do século XIX) da tendência decrescente, em longo prazo, da taxa de lucro sobre o capital. Para economistas desse período, uma taxa de lucro declinante produziria estagnação da sociedade capitalista, interpretada esta como propulsora do Capitalismo. Outros acreditavam que essa inclinação poderia ser compensada pelo acesso a matérias-primas mais baratas e a alimentos do exterior e, ainda, a novos mercados exportadores e de investimentos.

Adam Smith responsabilizou a competição excessiva do capital interno pela tendência declinante do lucro; Thomas Malthus, o crescimento demográfico, que pressionava os recursos alimentares. Já Stuart Mills culpou os limitados recursos naturais de cada país (Atualmente, cientistas econômicos apresentam duas explicações: a “hipótese do subconsumo” e o ponto de vista de Marx.).

Simonde de Sismondi e Rodbertus, precursores da “hipótese do subconsumo”, afirmavam que as economias capitalistas mais evoluídas consumiam menos do que produziam, em razão do baixo poder aquisitivo dos trabalhadores, os quais não recebiam o suficiente para comprar tudo o que era produzido, e do fato de que a capacidade individual de consumo é limitada. Além disso, criam que, com o crescimento demográfico, os

capitalistas produziam mais, mas também poupavam mais, acarretando desigual distribuição de renda. Para eles, possível solução seria a redistribuição de renda.

De acordo com Marx, o progresso tecnológico e a concorrência conduziam os capitalistas a investirem os lucros em novo capital físico (equipamentos, instalações), o qual, porém, não gerava valor econômico, o que só era feito pelo trabalho. Portanto, o lucro – como valor econômico – diminuía, em razão do aumento do capital físico e da participação decrescente dos salários. Para o Cientista, lucro era a diferença entre o valor pago aos empregados e o valor do que produziam. Marx aceitou, igualmente, a “hipótese do subconsumo” no exame do Capitalismo, mas não para explicar a tendência de declínio da taxa de lucro, por entender que ela apontava para falha nos consumidores e, não, no sistema capitalista. Para ele, o problema ocorria na incoerência do modo de produção capitalista e não podia ser resolvido pela redistribuição de renda, a qual, se ocorresse, descaracterizaria o Capitalismo. Por fim, entendeu que essa era apenas uma inclinação que poderia ser revertida por forças opostas.

2.1 HOBSON

Hobson, que não era marxista, valeu-se da excessiva preocupação de discípulos de Marx com questões práticas do Socialismo para introduzir suas idéias, mais liberais que socialistas. Em seu livro Imperialismo, criticou a formação de impérios, sobretudo por ingleses e europeus em geral. Ele criou o conceito de Imperialismo Econômico, relacionando a expansão colonial do final do século XIX com a dinâmica do progresso capitalista.

Para Hobson, o elo era a “hipótese do subconsumo”, no que se aliou a Sismonde e Rodbertus. As potências capitalistas originaram-se da excessiva poupança e da superprodução. Como não havia forma de escoar internamente toda a produção, nações capitalistas recorreram às anexações coloniais para monopolizar mercados exportadores de capital.

Conforme Hobson, o Imperialismo representava distorção do Capitalismo em estágio avançado, desequilíbrio entre poupança e consumo decorrente da desigual distribuição de renda. A solução? Para o Cientista, aumentar a participação do trabalho nos lucros dos capitalistas era sua resposta otimista à questão.

Com tais opiniões, foi responsável pela duradoura interpretação econômica do novo Imperialismo.

2.2 MARXISTAS

Apesar de respeitarem as idéias de Hobson, os marxistas não eram tão otimistas quanto ele. Alguns preferiram seguir a tese de Marx sobre “[...] a composição orgânica crescente do capital”. Consoante eles, o Imperialismo era um erro do Capitalismo; para se livrar de um, era preciso fazê-lo também com o outro. Com o tempo, surgiram duas principais interpretações do pensamento marxista: a de Rosa de Luxemburgo (socialista alemã) e a de Lênin (majoritária).

A da Socialista não abandonou de todo a tese do subconsumo, juntando alguns elementos desta com a composição orgânica de Marx. Para Rosa, não haveria expansão do Capitalismo sem demanda, presa à capacidade de aquisição dos trabalhadores. Estes só ganhariam mais se os capitalistas reduzissem seus investimentos. Como tal situação dificilmente se concretizaria, seria necessário vender o excedente da produção interna a outros mercados no exterior (não-capitalistas). Uma vez que as economias não-capitalistas provavelmente não comprariam espontaneamente produtos de mercados capitalistas, só a anexação colonial preservaria a continuidade do sistema. Logo, as potências capitalistas criaram impérios coloniais para onde escoar a superprodução interna. Daí surgiu o novo Imperialismo.

No entanto, para a maioria dos marxistas, a Teoria do Subconsumo não era relevante. Segundo eles, a nova expansão imperialista decorria das necessidades financeiras do Capitalismo – possuir oportunidades lucrativas para aplicar o capital excedente. Rudolph Hilferding, defensor dessa corrente, desenvolveu-a no livro “Capital Financeiro”, o qual inspirou a teoria de Lênin.

De acordo com Rudolph, o “capital financeiro” era o novo estágio do Capitalismo. A concentração e a centralização do capital difundiram a sociedade anônima, como meio de organização, o desenvolvimento de mercados de valores e a expansão do papel dos bancos (financiadores do crescimento industrial). Para ele, estes últimos eram o centro do cenário (Nesse ponto, divergiu de Marx, que os considerava como “adjuntos do

processo de produção”.) Hilferding afirmava que, a partir da atuação dos bancos, haveria as fusões, os monopólios e a fixação dos rumos do desenvolvimento industrial.

Tal ideário foi seguido e aperfeiçoado por muitos outros escritores, como Otto Bauer, Karl Kautsky, Nikolai Bukkarin e o próprio Lênin, que se valeu de quase toda a teoria de Rudolph. Apesar disso, o livro de Lenin, “Imperialismo, o estágios mais avançado do capitalismo”, de 1916, tornou-se mais popular (e referência) que o de Hilferding. Esta Obra visava, sobretudo, explicar aos discípulos de Marx a adequada postura a ser adotada perante o problema contemporâneo do Imperialismo, preparando o caminho para a revolução socialista, pois identificava o âmago do conflito: a luta dos capitalistas para encontrar novas oportunidades de aplicação do capital excedente.

Para Lênin, as potências capitalistas pressionaram para partilhar os domínios de investimento (disputa por territórios, redivisão dos impérios coloniais), o que acarretou a Primeira Guerra Mundial. Ainda segundo ele, o Capitalismo não poderia evoluir para o ultra-Imperialismo estável (termo usado por Kautsky), devido a seu desenvolvimento desigual: as potências capitalistas progrediam em distintos rumos e ritmo. Logo, quaisquer acordos entre elas fracassariam.

3. VALIDADE LÓGICA

Todos esses enfoques, ainda que válidos, não resistem a rigorosa análise. A “hipótese do subconsumo”, teoria dissidente da ortodoxia liberal, era falaciosa e questionável em sua visão simplista. Caso a acumulação de capital bastasse para absorver os recursos que não o eram pelo consumo, então o produto total estaria explicado e o emprego se sustentaria. Se os capitalistas gastassem sua poupança em bens de capital e os trabalhadores consumissem tudo o que ganhavam, não haveria superprodução nem subconsumo.

Tal tese é ingênua. Os teóricos do subconsumo entenderam, por fim, que o acúmulo de capital produzia capacidade produtiva e que, se o consumo não acompanhasse esta, ocorreria crise e estagnação à medida que a renda aumentasse.

Com poucas perspectivas de vendas, era provável que os capitalistas poupassem ainda mais, deixando as despesas agregadas abaixo da produção agregada. Isso seria o subconsumo, a superpoupança, hoje conhecidos como “hiato deflacionário”.

Ainda uma questão pode ser apresentada: enquanto a renda cresce, como fica o consumo? Para a típica análise macroeconômica, essa relação é estável no longo e no curto prazos. Nas sociedades maduras, se a renda cresce, o consumo também o faz rapidamente, com investimento suficiente para a demanda. Se ocorrer o contrário, o consumo sobe lentamente, o investimento é insuficiente e poderá se verificar estagnação.

Já para os subconsumistas, devido à má distribuição de renda, o consumo aumentaria lentamente e a propensão a consumir diminuiria; com isso, a estagnação seria ameaça real. Em visão estritamente econômica, estavam corretos.

Contudo, esqueceram-se do aspecto político da questão. Eles supuseram que a participação da renda não sofreria influências políticas. Porém, estas freqüentemente sucedem, compensando a distribuição desigual de renda, já que o Capitalismo influencia constantemente a estrutura de poder da sociedade capitalista. À medida que o Capitalismo progride, ocorre a complexidade e a especialização na divisão econômica do trabalho: as partes se tornam interdependentes. Por conseguinte, é fundamental a cooperação para que o Sistema continue funcionando adequadamente, o que eleva o poder de barganha de determinados grupos da sociedade capitalista. O resultado são mudanças na estrutura de poder do Capitalismo. Como efeito, a relação consumo/renda se estabiliza no longo prazo.

Em síntese, no século XIX, o Capitalismo não resultou em demanda insuficiente, como previam os subconsumistas. Assim, seu pensamento, no plano político-econômico, foi inválido.

4. VALIDADE EMPÍRICA

Sob o ângulo da análise empírica, cabe observar a capacidade de previsão das diversas correntes econômicas sobre o novo Imperialismo (colônias como mercado de exportação, necessidades comerciais e financeiras, composição orgânica crescente docapital, subconsumo). É possível que suas conclusões fossem corretas, mas não havia e não há como comprová-las.

Com respeito às necessidades comerciais, as evidências não comprovaram que as colônias valeram para fins comerciais. A maioria delas era muito pobre para receber os produtos manufaturados das economias dominantes, embora várias fornecessem matérias-

primas industriais (metais, borracha etc.). Mas essa parcela não era representativa nos mercados mundiais. O que se constatou foi o comércio muito maior entre as potências capitalistas do que entre estas e suas colônias. Além disso, com o avanço tecnológico ocorrido nas grandes economias capitalistas e com o esgotamento de certos recursos naturais de algumas colônias, diminuiu o interesse daquelas por estas.

Já acerca das necessidades financeiras, existiam e existem, igualmente, poucas provas que ressaltem a importância das colônias nessa área, embora houvesse exportação de capitais à época (Só os ingleses investiram no exterior, entre 1870 e 1913, 12 bilhões de dólares.).

Hobson afirmou existir elo entre tais exportações e o novo Imperialismo, pois entendia que os fenômenos observados nesse sentido não eram mera coincidência. Entretanto, ele desconsiderou a pesquisa sobre quanto capital de exportação se destinava a outros lugares que não às colônias. Logo, tal influência não podia ser justificada.

Ao se investigarem mais acuradamente esses fatos, constata-se que algumas das maiores potências progressistas da época foram importadoras de capital e não exportadoras (Rússia, Japão, Itália etc.).

Sobre o mesmo tema, Hilferding e Lênin concluíram que o novo estágio de desenvolvimento do Capitalismo – o do “capital financeiro” – e os monopólios controlados por bancos eram responsáveis pelas prováveis pressões do capital excedente (Essa teoria se restringia à Alemanha; por isso, foi chamada de “teoria tipicamente alemã”).

5. ÚLTIMAS LINHAS DE DEFESA

A interpretação econômica do novo Imperialismo foi e continua sendo sofismática, já que não há comprovação de que as colônias mantinham o desenvolvimento das economias capitalistas em longo prazo. Nenhuma potência imperial logrou tanto êxito quanto os países escandinavos, os quais não possuíam colônias. Estes localizavam matérias-primas e mercados no exterior sem necessidade de monopolizá-los. Isso aconteceu também com a Suécia e a Suíça, exemplificando que o desenvolvimento capitalista não exigiria necessariamente o novo Imperialismo.

Diante de tal constatação, alguns cientistas econômicos apelaram à “alternativa hipotética” para resgatar a visão econômica do novo Imperialismo. Possivelmente, Itália e Portugal teriam progredido menos sem as colônias, e Suécia e Suíça teriam avançado mais com a anexação colonial. Mas, como diz o termo, são todas hipóteses.

Como última defesa, certos autores invocaram a estrutura de classes das sociedades capitalistas para sustentar a interpretação econômica deles. Afirmavam que, mesmo que as economias capitalistas prescindissem das colônias, certos grupos ou mesmo indivíduos dependiam dessa expansão para crescer. Logo, eles pressionavam os Governos nacionais à expansão territorial. Porém, os exemplos citados por eles não reforçaram a tese de que Governos agissem em favor de interesses específicos: estes poderiam, simplesmente, servir aos objetivos dos Estados (proveitos políticos e militares, por exemplo). Quando havia divergência entre os interesses de ambos, prevaleciam os dos Governos.

6. INTERPRETAÇÃO SOCIOLÓGICA

A par dessas correntes, Joseph Schumpeter despontou com diversa perspectiva sobre o novo Imperialismo, apresentada no livro “A Sociologia de Imperialismos” (1918/19). Nele, o Austríaco analisa a experiência imperialista, comparando-a a anteriores, pré-capitalistas, e encontrando entre elas pontos coincidentes. Para ele, o novo Imperialismo não se constituiu em razão do Capitalismo e, sim, da estrutura social das nações. Em todo Estado, há classes que perderam sua função social (classes guerreiras, por exemplo), as quais, ao buscarem novos objetivos e atividades, encontraram-nos no Imperialismo, isto é, na expansão territorial. Em resumo, Schumpeter caracterizou o novo Imperialismo como “[...] um vestígio hereditário de uma época passada ou em extinção”. Tal conceituação foi criada sob o prisma sociológico.

7. CONCLUSÃO

Os conceitos Imperialismo, “novo” Imperialismo e Imperialismo Econômico demonstram que estudiosos, até hoje, não têm conseguido alcançar consenso com respeito ao que realmente ocorreu com a economia mundial a partir, sobretudo, do século XIX.

O Mundo, asfixiado com o avanço tecnológico decorrente das descobertas e das invenções, viu-se repentinamente propenso a lucrar muito mais, a criar nichos de empresários, industriais e, por que não dizer, latifundiários, que enriqueciam com facilidade e rapidez. Enquanto isso, a maior camada da população global continuava ou com a renda estável ou sem renda para custear todas as comodidades que a tecnologia podia proporcionar-lhes.

Depois de certo tempo, a elite mundial percebeu que não havia espaço para escoar toda a produção, pois os consumidores diminuiram ou se estabilizaram. Daí, irromperam distintos pensamentos, que ou sugeriam alternativas a essa redução de demanda ou atacavam a economia capitalista, o lucro.

Já se entrou no século XXI, a Globalização, agora, tornou-se a corrente a assegurar as relações internacionais, não mais apenas nos âmbitos político e econômico. Todavia, a desigualdade de renda, o distanciamento entre ricos e pobres, o foco no lucro se mantêm, o que sugere que o Capitalismo vestiu “nova roupa”, mas sua essência está perpetuada, o que é comprovado pelas dificuldades que o Planeta ainda enfrenta para tornar a vida de todos os seres humanos menos desigual.

8. REFERÊNCIAS

Cohen, Benjamim J. *A Questão do Imperialismo: A Economia Política da Dominação e Dependência*. Tradução Maria Isabel da Silva Lopes. Rio de Janeiro: Zahar, 1976. p. 3774